

A Classe Operária



ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

ANO 65 - VI FASE - Nº 18 - DE 04 A 17 DE MAIO DE 1989

SUPLEMENTO ESPECIAL



Amazonas e Lula:
surge uma nova força
política no país,
a unidade popular

IDÉIAS PARA UM PROGRAMA DEMOCRÁTICO E POPULAR

Durante as discussões para a elaboração do programa da Frente Brasil Popular, processo rico que aprofundou a unidade política entre os partidos que a integram, todos eles apresentaram seus projetos, cuja síntese resultou no programa da Frente.

Também o Partido Comunista do Brasil deu sua contribuição, que publicamos na íntegra neste suplemento.



CDM

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Introdução

O Brasil vive a maior e mais demorada crise de sua história. No passado, fizeram-se várias tentativas para impulsionar o progresso. Ainda que se alcançasse certo desenvolvimento material, o país foi atrasando-se em relação às nações mais desenvolvidas e às exigências crescentes de seu povo. Nas últimas décadas, a ditadura militar, usando mão de ferro contra os trabalhadores, proclamava o avanço do país em todos os terrenos, anunciava um desenvolvimento auto-sustentado e duradouro. Tudo ilusão. A riqueza nacional concentrou-se ainda mais nas mãos de uma minoria. A Nova República não alterou este quadro. O Brasil afundou-se em dificuldades inumeráveis. E vive em crise crônica, cada vez mais profunda. É uma crise estrutural, que se manifesta em todos os aspectos da vida nacional — econômico, financeiro, político, social, cultural, moral. As crises não superadas originam um processo de degradação permanente. É o que acontece atualmente em nossa pátria.

Por isso, ganha força o debate em torno da questão de como sair da crise. As classes dominantes, seus partidos políticos e suas lideranças só têm a apresentar o que sempre ofereceram à nação: dependência, monopólio da terra, concentração da riqueza, devastação ecológica e uma democracia muito restrita e instável, acompanhadas sempre da ameaça de uma nova ditadura militar. Seu modelo econômico-social esgotou-se. Perderam perspectiva e limitam-se a manter o atual estado de coisas, jogando os problemas para a frente e despejando a culpa de todas as dificuldades no Estado, no mesmo Estado de que tanto se aproveitaram.

Os partidários de certas mudanças, entre os liberais e centristas, pouco mais acrescentam. Não tendo soluções efetivas a indicar, repetem velhas promessas e tratam de apregoar a moralização da administração pública como a grande saída para a presente situação. Nem sequer consideram as causas da falta de moralidade, não percebem que a corrupção é um produto natural da decomposição do regime vigente. Ou então sonham que a saída possa ser encontrada aumentando a dependência do país aos capitais e à

tecnologia estrangeiros, integrando-o ainda mais nos circuitos espoliadores do sistema imperialista mundial. Este velho caminho, que arrastou o país à situação calamitosa em que se debate, é apresentado espantosamente como “novo” e “moderno”. Outros, posando de mais audaciosos, falam em humanizar ou disciplinar o capitalismo selvagem, em enquadrar ou submeter o capital financeiro internacional. Dentro, porém, do sistema capitalista-imperialista, mandam os mais fortes economicamente. São eles que ditam as regras do jogo. Não é por aí, portanto, que o povo brasileiro sairá da crise. O PCdoB está convencido de que é impossível alcançar um real e efetivo progresso no marco do regime capitalista. Isto somente será possível no socialismo. Este novo sistema será obtido participando ativamente nas lutas populares e democráticas da atualidade.

As forças democráticas, populares e de esquerda têm o dever de indicar um programa alternativo de governo face à sucessão presidencial. Embora esse programa não aponte soluções revolucionárias que ainda não amadureceram, deve ser avançado e contribuir para mobilizar e conscientizar as grandes massas trabalhadoras e populares a fim de levar adiante o processo de transformação que a nação exige objetivamente. A questão fundamental do programa é a aplicação de uma política democrática e popular de esquerda, essencialmente distinta da que realizam as classes dominantes, visando a enfrentar os problemas cruciais da atualidade que impedem ou retardam o progresso do país e a melhoria das condições de vida da população. Aqui se incluem, entre outras medidas: no plano político, a democratização da vida nacional, a abolição da tutela militar, o estímulo à participação organizada da população trabalhadora na vida política; no terreno econômico, a suspensão do pagamento dos juros e das amortizações da dívida externa, o controle do sistema bancário e financeiro e o combate decidido à especulação com títulos da dívida pública interna, a redução da inflação às custas dos grandes capitalistas estrangeiros e nacionais e dos especuladores, a reforma agrária e a reforma urbana, uma melhor distribuição da renda nacional, a luta contra a devastação do meio ambiente e a dilapidação dos recursos naturais do país, as defesas do papel de liderança das empresas estatais, uma reforma administrativa de caráter progressista e a retomada do crescimento com essas novas prioridades sociais e setoriais; na esfera cultural, a garantia contra qualquer forma de censura e a oferta de meios materiais para que a população trabalhadora possa elevar sua instru-



Um encontro histórico entre o presidente do PCdoB e o prefeito de Porto Alegre

ção e exercer seus direitos de opinião e de criação cultural.

Certamente, o programa de governo da Frente Brasil Popular diz respeito somente a um dos poderes da República, o Poder Executivo, que, embora desempenhe papel preponderante na direção do Estado, depende em muitos casos dos dois outros poderes — o Legislativo e o Judiciário. Não se poderá democratizar plenamente a sociedade brasileira e implementar um projeto nacional de maior alcance sem modificar o conteúdo reacionário desses dois outros poderes. A Constituição, ainda que registre algumas conquistas populares, representa em certa medida obstáculo à realização de uma política popular e democrática, avançada, de esquerda. Daí por que o programa de governo da Frente Brasil Popular deve con-

signar a luta pela efetivação de suas propostas não apenas através da ação administrativa do governo federal, mas também através de alterações substanciais, por meios democráticos, da Constituição e das instituições retrógradas, a fim de modernizar a sociedade e o Estado brasileiros. E por isso é necessário que a eleição em 1989 de um governo da Frente Brasil Popular seja seguida pela eleição em 1990 de um Congresso Nacional com uma maioria de deputados federais e senadores vinculados às forças populares, democráticas e de esquerda.

A seguir apresentamos os compromissos básicos que, na opinião do Partido Comunista do Brasil, devem cimentar a unidade da Frente Brasil Popular e nortear a elaboração de seu programa de governo.

1. GOVERNO ANTIOLIGÁRQUICO, DEMOCRÁTICO E POPULAR

O Governo da Frente Brasil Popular terá uma composição pluripartidária, democrática e progressista. Combaterá as manobras e pressões dos banqueiros, das empresas multinacionais, dos grandes industriais e grandes comerciantes, dos grandes proprietários de terras e dos partidos que os representam. Assumirá com destemor sua opção pelos operários urbanos e rurais, pelos camponeses, pelo conjunto dos trabalhadores assalariados e autônomos, pelos intelectuais e estudantes progressistas, assim como sua simpatia e apoio aos pequenos e médios empresários. Realizará, portanto, uma política essencialmente distinta da que praticam as classes dominantes, fundamentando seus objetivos quanto nos seus métodos. Uma política sintonizada com os interesses nacionais e populares. Uma

política transparente e de moralidade administrativa, contra qualquer espécie de corrupção e desmando. O Governo da Frente orientar-se-á pelos seguintes pontos:

2. DEMOCRATIZAÇÃO DA VIDA NACIONAL

Defesa e ampliação das liberdades democráticas, especialmente da liberdade de organização partidária e sindical e do direito de greve. Erradicação de todas as formas de arbitrio e prepotência contra o povo. Respeito à cidadania. Criação de um Conselho Político Nacional junto ao Governo, com a participação de delegados dos partidos e entidades populares e de personalidades políticas e culturais independentes. Afirmção da plena soberania do poder civil, e eliminação da tutela militar sobre o governo federal e sobre a nação. Substituição dos seis ministérios militares pelo único e tradicional Ministério da Guerra. Dissolução do

A CLASSE OPERÁRIA

(Suplemento Especial)
 Diretor e Jornalista responsável: João Amazonas
 Editor: José Reinaldo Carvalho
 Fotos: Aguinaldo Zordenoni
 Diagramação: Mazé Leite
 Redação: Rua Adoniran Barbosa, 53 — Bela Vista — CEP 01320 — São Paulo/SP — Telefone: 36-7531

SNI e dos demais órgãos de perseguição política e repressão violenta às lutas operárias e populares. Punição rigorosa dos que violaram os direitos democráticos constitucionais, dos torturadores de presos políticos e comuns, dos executantes e mandantes dos assassinatos de líderes camponeses, advogados trabalhistas, sacerdotes progressistas.

Aplicação integral dos avanços democráticos e sociais da nova Constituição e luta por modificação de seus dispositivos retrógrados.

3. DEFESA INTRANSIGENTE DA SOBERANIA NACIONAL

Rompimento dos acordos com o FMI e com os banqueiros internacionais. Suspensão do pagamento dos juros e amortizações da dívida externa e criação de uma Comissão de Alto Nível para proceder à auditoria do endividamento externo e à verificação de sua legalidade. Cancelamento da conversão formal e informal de empréstimos externos em investimentos diretos e das operações inflacionárias de reempréstimos.

Limitação dos capitais estrangeiros de risco na economia nacional. Revogação das Zonas de Processamento de Exportações (ZPEs). Reserva do mercado interno para indústrias nacionais de ponta em implantação. Proibição da atuação de bancos estrangeiros na captação de depósitos dentro do país e da associação com bancos nacionais. Anulação das aquisições de grandes glebas e do açambarcamento de jazidas minerais por empresas multinacionais. Controle rigoroso do capital estrangeiro já investido no país para que respeite as leis brasileiras e se subordine às prioridades da política econômica nacional. Manutenção do critério constitucional de reservar para as empresas brasileiras de capital nacional o acesso a fundos públicos e a atuação em áreas estratégicas. Adoção de medidas para conter as remessas de lucros disfarçadas através das fraudes de subfaturamento e superfaturamento.

4. AMAZÔNIA, NOSSA E PRESERVADA

Reafirmação da Amazônia como parte integrante e inalienável do território e do patrimônio nacional, rechaçando-se as propostas de internacionalização ou de soberania limitada com referência à região. Interrupção da ocupação predatória e desnacionalizante, promovida principalmente pelo regime militar através das concessões de grandes áreas e ricas jazidas minerais. Defesa das comunidades indígenas e dos pequenos posseiros e extrativistas. Elaboração de um plano de desenvolvimento integrado da Amazônia, que preserve a grande floresta tropical sem prejuízo do aproveitamento nacional da fauna, flora, cursos d'água e jazidas minerais da região em benefício do povo brasileiro e em atenção às preocupações legítimas da humanidade progressista. Estimulo ao estudo científico e aprofundado da região, de seus recursos, de seus ecossistemas.

5. DEFESA DAS EMPRESAS ESTATAIS E REALIZAÇÃO DE UMA REFORMA ADMINISTRATIVA PROGRESSISTA

Defesa das empresas estatais dos setores de base e de serviços públicos como um patrimônio nacional valioso, erguido com a luta das correntes progressistas e o suor de seus operários e empregados. Oposição à campanha privatizante desencadeada pelo pensamento neoconservador. Sustentação do papel insubstituível do Estado na planificação e regulamentação das economias modernas e da contribuição imprescindível das empresas públicas ao desenvolvimento independente e à melhoria da qualidade de vida da população trabalhadora.

Preservação do monopólio estatal de pesquisa e extração do petróleo, estendendo-se à distribuição e comercialização de derivados de petróleo. Manutenção do monopólio estatal da geração, transmissão, distribuição e comercialização da energia elétrica, do transporte ferroviário e da extração e comercialização de minerais estratégicos. Criação de condições para a nacionalização da indústria farmacêutica e de equipamentos médicos.

Devolução ao setor privado das empresas não-estratégicas transferidas ao Estado apenas para salvar seus proprietários de prejuízos decorrentes de falências. Apuração das causas dos fracassos, punição dos responsáveis e ressarcimento dos prejuízos ocasionados aos cofres públicos.

Recuperação das empresas estatais e de seu papel de liderança no novo modelo de desenvolvimento, saneando-as financeiramente, moralizando-as administrativamente, democratizando sua gestão, submetendo-as ao controle do Congresso Nacional e de conselhos representativos de seus trabalhadores e usuários, garantindo-lhes autonomia administrativa e preços ou tarifas remuneradores.

Recuperação da ação planejadora, regulamentadora e fiscalizadora do Estado, simplificando e elevando a eficiência do aparelho administrativo, reduzindo, na administração direta e indireta, os cargos em comissão e preenchendo os cargos de carreira apenas por concurso. Impedir o duplo emprego não autorizado por lei, a recontração de aposentados e a acumulação de vencimentos dos oficiais da reserva e dos funcionários postos à disposição,

estabelecendo tetos máximos e mínimos para os salários e vencimentos, eliminando mordomias, combatendo implacavelmente a corrupção, a negligência, as ausências ao serviço e o desperdício.

6. REFORMA AGRÁRIA ANTILATIFUNDIÁRIA E POLÍTICA AGRÁRIA PROGRESSISTA

Luta pela reforma e democratização da estrutura de posse e uso da terra. Estabelecimento de critérios rigorosos de produtividade e forte taxação dos latifúndios improdutivos ou com baixo nível de produtividade. Fixação dos limites máximos da propriedade territorial rural nas diferentes regiões. Garantia da média e pequena propriedade e transformação dos pequenos posseiros em proprietários dos lotes que ocuparam e desbravaram com seus próprios esforços. Assentamento de famílias camponesas sem terra ou com pouca terra em áreas devolutas ou em terras desapropriadas para esse fim. Estimulo ao cooperativismo no campo como forma de ajuda mútua entre pequenos e médios produtores e medidas para que as cooperativas não se transformem em instrumentos de domínio dos pequenos produtores pelo grande capital comercial e bancário.

Inversão das prioridades da política agrícola para que se volte para o apoio preferencial aos pequenos e médios produtores e à oferta de alimentos e matérias-primas ao mercado interno.

7. DESENVOLVIMENTO INDEPENDENTE E PROGRESSISTA DA ECONOMIA NACIONAL

Criação de um Fundo de Investimentos Produtivos e Políticas Sociais para fomentar a retomada do crescimento, a modernização e diversificação do parque produtivo, ampliação da oferta de empregos e a recuperação e melhoria dos serviços públicos. Os recursos serão obtidos através da suspensão do pagamento da dívida externa, da regulamentação do imposto sobre grandes fortunas previsto na Constituição e da criação de um empréstimo compulsório sobre ganhos de capital, particularmente sobre os lucros dos especuladores financeiros e imobiliários.

Defesa dos pequenos e médios empresários contra as pressões e investidas dos monopólios estrangeiros e nacionais.

Alteração das prioridades setoriais, para que tanto a indústria quanto a agricultura se voltem, em primeiro lugar, para a oferta de bens de produção; em segundo, para a oferta de bens e serviços de consumo popular; e, só por último, para a oferta de bens e serviços de consumos sofisticado.

8. REDISTRIBUIÇÃO DA RENDA NACIONAL

Redução das extremas desigualdades na distribuição da renda nacional, tanto as desigualdades na distribuição funcional (entre capital e trabalho), quanto na distribuição pessoal (entre brasileiros mais ricos e mais pobres). Elevação gradual mas significativa do piso nacional de salários, instituição do reajuste de salários de acordo com o aumento do custo de vida, garantia da livre negociação anual de aumentos reais de salários e outras condições de trabalho. Combate à rotatividade da mão-de-obra. Redução de impostos para pequenos produtores e pequenos empresários. Aumento do peso dos impostos diretos em relação aos impostos indiretos, especialmente do Imposto de Renda das pessoas físicas mais ricas. Incremento das políticas sociais de educação, saúde, moradia, saneamento e transporte coletivo.

9. COMBATE À INFLAÇÃO E À ESPECULAÇÃO FINANCEIRA

Redução drástica da taxa inflacionária, às custas dos enormes lucros operacionais e financeiros dos grandes bancos e das grandes empresas e não dos minguados salários dos trabalhadores. Extinção do ônus representado pelo serviço da dívida externa. Nova administração da dívida interna, reforçando o controle do Banco Central sobre o sistema bancário e financeiro, restringindo a auto-alimentação da dívida, alongando os prazos de vencimento, se necessário pela troca compulsória de títulos, reduzindo as taxas de juros e os ganhos especulativos e estimulando a reorganização de capitais para investimentos produtivos. Recuperação da carga tributária líquida, eliminando a maioria dos incentivos fiscais e dos financiamentos a juros negativos, combatendo decididamente a sonegação de impostos, acabando com as escandalosas e periódicas anistias fiscais, reduzindo os prazos de retenção dos impostos arrecadados na rede bancária. Controle dos preços e da qualidade dos produtos das empresas monopolistas, da indústria e do comércio. Revisão do sistema de indexação da economia, espaçando as desvalorizações cambiais e monetárias e a correção monetária somente para contratos e dívidas superiores a um ano e garantindo a correção plena apenas para os salários dos trabalhadores.



13 de janeiro, São Paulo: O PCdoB lança uma conclamação à unidade

10.

HABITAÇÃO POPULAR E SANEAMENTO BÁSICO (REFORMA URBANA)

Elaboração de um plano de realização imediata visando à edificação em massa de casas para o povo.

Destinação dos recursos do Sistema Financeiro da Habitação, prioritariamente, à construção de conjuntos e casas populares e à ampliação das redes de distribuição de água potável e coleta de esgotos. Estímulo às administrações municipais para que combatam a especulação imobiliária através de medidas como alíquotas progressivas do Imposto Predial e Territorial Urbano e obrigatoriedade de construção ou utilização de imóveis ociosos. Nova Lei do Inquilinato que, através de reajustes anuais de aluguéis de acordo com o aumento do custo de vida, proteja os inquilinos de aumentos abusivos e os pequenos locadores de aluguéis inteiramente defasados. Elaboração de uma Lei de Condomínios que evite os abusos de síndicos e empresas administradoras de prédios.



O candidato da Frente Brasil Popular, Lula, fala ao povo no primeiro de maio

11.

EDUCAÇÃO, SAÚDE E TRANSPORTE COLETIVO

A educação, a assistência à saúde e os transportes coletivos são considerados como serviços de natureza pública, incompatíveis com finalidades lucrativas e de responsabilidde da União, estados e municípios. Combate ao analfabetismo em campanha nacional e com a ajuda do povo. Ensino público gratuito, garantido-se aos alunos do primeiro grau assistência alimentar, sanitária e de recreação. Implantação gradativa de um sistema de saúde efetivamente único e estatizado, de boa qualidade, assegurando a todos acesso igualitário e gratuito.

Ampliação e barateamento dos serviços de transporte coletivo.

12.

RECUPERAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

Introdução em todos os programas governamentais da consciência da crise ecológica provocada pelo capitalismo anárquico e devastador. Adoção de programas específicos de defesa do meio ambiente, como os relativos à preservação da fauna e da flora, à recuperação de praias e rios deteriorados, ao controle da poluição atmosférica provocada nos grandes centros pelas descargas de fábricas e automóveis. Desativação da Usina Nuclear Angra I e suspensão de instalação de novas usinas nucleares até que se consigam progressos tecnológicos significativos para a utilização segura dessa forma de energia.

13.

DEMOCRATIZAÇÃO DA CULTURA E DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Respeito à liberdade de criação cultural e garantia, contra pressões de

qualquer natureza, da proibição constitucional de censura. Oferta de meios materiais para que as camadas populares possam exercer seus direitos à informação e à arte. Horários garantidos no rádio e televisão para partidos políticos e entidades sindicais e populares. Revisão das concessões de canais de TV e de faixas de rádio, obtidas como favores políticos. Apoio ao cinema, ao teatro e à música nacionais.

14.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA A SERVIÇO DO PROGRESSO NACIONAL

Reorganização do Ministério da Ciência e Tecnologia em novas bases. Políticas de investimento de longo prazo na pesquisa científica e tecnológica e financiamento dessas pesquisas em níveis mínimos e crescentes. Incorporação das universidades ao esforço de desenvolvimento científico e tecnológico. Ação dirigida a atrair cientistas e técnicos brasileiros que, por falta de condições no país, trabalham no exterior.

Denúncia do Acordo Nuclear Brasil-Alemanha, proibição de pesquisas nucleares com fins militares e colocação de todo o programa nuclear brasileiro sob controle civil.

15.

DEFESA DAS CONQUISTAS E DIREITOS DOS TRABALHADORES

Empenho decidido para garantir as conquistas e direitos sociais dos trabalhadores das cidades e das zonas rurais. Plena equiparação de direitos trabalhistas e sindicais entre operários urbanos e rurais. Nenhuma intervenção nas associações de massa dos operários e camponeses e estímulo a sua organização independente. Fiscalização da observância das leis trabalhistas feita em conjunto pelo Estado e entidades sindicais. Apoio às iniciativas de caráter

cultural e de lazer das organizações dos trabalhadores.

16.

DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

Apoio à luta pela igualdade jurídica e social entre homens e mulheres. Combate a qualquer discriminação política, econômica ou cultural ao sexo feminino. Estímulo à criação de Delegacias Especiais da Mulher para apoio às mulheres vítimas de agressões e punição dos responsáveis. Garantia ao reconhecimento de direitos como igualdade de salários para trabalhos iguais, estabilidade da gestante, licença-maternidade de 120 dias, implantação de creches e oferta de cursos profissionalizantes abertos a participação feminina. Renovação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher com a participação de membros indicados por entidades femininas e sindicais, com a dotação de recursos próprios e com o reconhecimento de sua autonomia na formulação de sua linha e programa de trabalho.

17.

DEFESA DOS DIREITOS DA JUVENTUDE

Criação do Conselho Nacional da Juventude, com a participação de representantes do governo federal e das entidades nacionais da juventude, com a incumbência de assessorar o governo federal na elaboração de programas de interesse juvenil e apoiar as entidades juvenis independentes na defesa dos direitos específicos da juventude, como os direitos a educação, emprego, proteção trabalhista, esporte e lazer.

18.

DEFESA DA POPULAÇÃO NEGRA

Criação do Conselho Nacional da

População Negra, com a participação do governo federal e de entidades de defesa da população negra e de sua cultura, com a incumbência de assessorar o governo federal e apoiar as entidades negras independentes no combate a qualquer modalidade de discriminação política, econômica e cultural contra as pessoas de cor negra.

19.

DEFESA DAS COMUNIDADES INDÍGENAS

Demarcação e defesa das terras tradicionalmente ocupadas pelas comunidades indígenas, nos termos da Constituição vigente, e respeito aos direitos dos índios, à sua cultura e organização social própria.

20.

POLÍTICA EXTERNA PROGRESSISTA

Aplicação de uma política externa independente e solidária com a luta dos povos oprimidos por sua emancipação nacional e dos trabalhadores por seus direitos políticos, econômicos e culturais. Defesa da autodeterminação das nações e da não-interferência de qualquer país nos assuntos internos de outros.

Desenvolvimento de relações com todos os países dispostos a colaborar com o Brasil à base de plena igualdade de direitos e de benefícios mútuos. Rompimento de relações diplomáticas, comerciais e culturais com os países de caráter político racista, como a África do Sul, por todos os terroristas em defesa da paz e contra a corrida armamentista das grandes potências.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois